

Previsões passam a ser mais otimistas

MARISA LOUVEN
Colaboradora

Rio — As perspectivas de economistas de correntes diferentes, com relação às principais variáveis macroeconômicas não são de todo negras. De uma maneira geral, eles acreditam na manutenção de taxas mensais de inflação baixas, política salarial inalterada, manutenção de taxas de câmbio e um saldo na balança comercial menor do que o previsto no início do ano, mas pelo menos igual ao obtido em 85, em torno de 12 bilhões de dólares. Mas nem tudo é cor-de-rosa. As taxas de juros devem permanecer em elevação e, é consenso: o Governo precisa fazer uma reforma tributária o mais rápido possível.

Para o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, da Fundação Getúlio Vargas, (FGV), o que vai acontecer mais adiante vai depender muito de o Governo fazer ou não uma reforma fiscal, que deveria ser acompanhada de uma reforma administrativa, para redução de custeio e certas revisões de tarifas no serviço público.

Na opinião dos economistas, essa reforma daria ao Governo condições para, "em 87, sustentar o Plano de Estabilização Econômica num bom rumo, inclusive, de retomar investimentos, sobretudo no setor público, em que estão extremamente reduzidos". Segundo ele, o Brasil precisa muito investir em energia elétrica, por exemplo, se quiser manter uma taxa de crescimento elevada nos próximos anos. Mas, hoje, a Eletrobrás não tem recursos, "nem do Fundo Nacional de Desenvolvimento, nem de tarifas, nem de lugar algum". Se a reforma não vier, começarão a surgir, daqui para a frente, pontos de estrangulamento no crescimento.

O economista Edward Amadeo, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC), vê como principais problemas a serem enfrentados a partir de agora o excesso de demanda e o fato de algumas indústrias estarem com margens de lucro desalinhas. "Há uma proposta na praça que é a de acabar com o congelamento de preços para equilibrar as margens e uma política restritiva para reduzir o consumo, que considero extremamente ortodoxa, um retorno ao que foram as políticas de estabilização, no Brasil anteriormente.

Ele acha que, dentro do espírito do Plano de Estabilização, tem que ser pensadas medidas para manter o crescimento e os salários reais. O Governo, deveria usar algum mecanismo para reestabelecer aquelas margens defasadas, tratando o assunto bilateralmente com as empresas.

Mas nem tudo é cor-de-rosa. Os juros vão subir e há necessidade de uma reforma

Edward Amadeo é favorável a liberação seletiva de importações, sobretudo de bens de capital e um reforço do segundo pacote econômico do Governo "que foi fraco em termos de contenção de demanda e financiamento do setor público. Um aumento da tributação, basicamente sobre ganhos de capital, principalmente de curto prazo".

Fora do Brasil desde 82, o professor de economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Fernando Cardim de Carvalho, retornou em julho, e sente dificuldades em fazer avaliações. Ele ainda está tomando contato com as informações, mas de antemão ressalta que "as opiniões são bastante divergentes, inclusive sobre a bancagem das informações: se discute qual é o significado dos números". Com relação à política econômica do Governo, ele alerta para o perigo da elevação das taxas de juros. "Cria um risco muito grande de se renovar a especulação no mercado financeiro".

Ele acrescenta que o empréstimo compulsório "não me parece uma grande idéia, lembra o tempo de Delfin Netto. E amplamente favorável a uma reforma tributária. De qualquer forma, frisa que, quando saiu do país a idéia era de que e estava no fundo do poço. Agora, a perspectiva é completamente diferente, apesar de todos os problemas. "Aparentemente, se conseguiu uma correção extremamente importante de caminhos. Tenho a impressão

que, no geral, que o otimismo é razoavelmente justificado".

Já o economista Paulo Guedes, do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), afirma que há sinais visíveis de que a economia está superaquecida. Houve um forte aumento de salários, o déficit público não foi reduzido, alguns investimentos privados, depois de alguns anos de defasagem estão começando a reagir. A seu ver, o déficit público continua sendo o vilão da história: "Ele pode derrubar o Plano Cruzado da mesma forma que derrubou as tentativas de estabilização anteriores. Da mesma forma que derrubou os monetaristas, pode engolir os interclassistas".

O economista acredita que, se o Governo não fizer uma reforma fiscal, dentro de uns quatro meses a inflação pode chegar a 4 por

Economistas acreditam que as taxas mensais de inflação vão ainda baixar

cento ao mês e o Plano de Estabilização teria que ser completamente reformulado. "Nessa faixa de 3,5 a 4 por cento de inflação, vai ter que voltar a ser feito algum contrato de correção monetária, uma cláusula qualquer de correção, ou seja, reindexar a economia".

Paulo Guedes acrescenta que não conhece programa de Estabilização que tenha dado certo sem uma política fiscal severa. Ele considera que o congelamento de preços foi saudável, do ponto de vista que interrompeu a inércia da inflação. "Mas o Governo está jogando todas as cartas nesse instrumento, que deveria ser auxiliar e virou peça de resistência do programa. Dessa forma, pode caminhar para uma situação de inflação reprimida e desabastecimento generalizado".

O professor da PUC, José Márcio Camargo, sente dificuldades em fazer previsões, inclusive porque vê uma total incerteza em relação ao comportamento da economia no futuro e sobre as medidas que serão adotadas pelo Governo.

INFLAÇÃO

Edward Amadeo: "Como vai, vai bem. O problema é chegar aos 20 por cento. A meu ver, a tendência é ficar por volta de uns 15 por cento nos 12 meses após o Plano de Estabilização. Não se pode querer ter inflação zero num País como o Brasil, que tem conflitos distributivos e estruturais que requerem uma inflação moderada. Se existe crescimento, existe inflação.

Mário Henrique Simonsen: "É pouco provável que os índices de inflação, nos próximos meses, sejam altos, salve em agosto, com resultado dos empréstimos compulsórios".

Paulo Guedes: "Está em alta. Há riscos de que, se o Governo não fizer uma reforma fiscal, dentro de três ou quatro meses a inflação chegará a 4 ou 5 por cento ao mês e o Plano Cruzado tem que ser completamente reformulado. A esperar três meses para fazer isso e correr o risco de chegar a janeiro com inflação de 4 por cento ao mês, que trocaria, o patamar de todas as variáveis críticas de economia.

José Márcio Camargo: "Enquanto houver congelamento, a tendência é de a inflação permanecer em 1,5 a 2 por cento ao mês. O tabelamento de preços deve continuar, mas na medida em que está havendo ágio, pode-se dizer que o congelamento vai ser mantido, apenas, do ponto de vista das autoridades".

POLÍTICA CAMBIAL

Edward Amadeo: "Acho que pode ser mantida como está. Para efeito de balanço de pagamentos, a preocupação tem que ser com o preço dos produtos de exportação é não com o índice de preços em geral. Se os preços estão alinhados, não tem porquê desvalorizar a moeda".

Mário Henrique Simonsen: "Até agora a taxa de câmbio parece estar perfeitamente adequada às necessidades do balanço de pagamentos, inclusive porque o Brasil se beneficiou, este ano, com três choques externos favoráveis: queda dos preços do petróleo no mercado internacional, queda nos juros e queda do dólar em relação às outras moedas internacionais. Mas, a longo prazo, se houver uma inflação bem superior às dos Estados Unidos, o dólar não pode ficar eternamente

congelado".

Paulo Guedes: "Sem uma reforma fiscal, a inflação pode chegar a 3,5 por cento ou 4 por cento ao mês até fevereiro, tornando inevitável a volta das desvalorizações cambiais".

José Márcio Camargo: "Acho que ainda dá para manter como está é que não haverá alterações até o final do ano".

POLÍTICA SALARIAL

Edward Amadeo: "Não sei se será mexida ou não. Do ponto de vista da economia brasileira e longo prazo, o primeiro passo a ser seguido é uma melhora na distribuição de renda. O salário mínimo deve ter caído, de 1964 para cá, em torno de 40 por cento, sendo que, 20 por cento a partir de 81. Até as eleições acho que não deve acontecer nada".

Mário Henrique Simonsen: "Querer ter muito consumo e muito investimento em geral, não é compatível. Os salários subiram bastante por várias razões, inclusive o abono de 8 por cento e vários outros aumentos espontâneos. Resta saber se toda essa melhora salarial que houve este ano é sustentável a longo prazo, no momento em que o Governo tiver necessidade de aumentar impostos ou cortar subsídios para poder financiar seu programa de investimentos".

Paulo Guedes: "Com os aumentos salariais que já ocorreram, em termos reais, acredito que, daqui para frente, vai haver muita moderação na concessão de aumentos salariais por parte dos empresários e do setor público. Pedidos de aumentos salariais são muito fortes, daqui para frente, vão causar impasses nas negociações".

José Márcio Camargo: "Assim como é difícil, do ponto de vista político, mudar as regras de indexação cambial, acabar com o congelamento, etc. Acho difícil mudar a política salarial, acabar com a escala móvel, por exemplo".

BALANÇA DE PAGAMENTOS

Edward Amadeo: "Não existe nenhuma razão para a queda do superávit. O Brasil tem o terceiro superávit do mundo e tem que fazer uso disso para manter a estratégia de crescimento".

Mário Henrique Simonsen: É possível que o superávit caia um pouco nos próximos meses, mas é importante notar que, com a queda das taxas de juros, não serão necessários superávits tão grandes.

Paulo Guedes: "As contas externas deverão mostrar uma deterioração. Esse ano tivemos queda dos preços de petróleo, mas aceleramos tão rapidamente as importações, que vamos terminar com o mesmo superávit do ano passado, de 12 bilhões de dólares possivelmente menor. Certamente, se projetar para o ano que vem, com a velocidade como vamos, pode cair para um superávit de apenas 10 bilhões de dólares".

José Márcio Camargo: "A longo prazo, pode haver problemas de balanço de pagamentos, muito pelo lado das importações. Nesse momento, está havendo muita especulação com estoques, com matérias-primas. Além disso, na medida em que se começa a utilizar a redução das exportações como forma de evitar o aumento da inflação, começa a perder mercados externos e ajuste estrutural feito de 74 para cá. O superávit deve ficar em 12 bilhões de dólares, o que significa queda em relação ao estimado no início deste ano".

TAXAS DE JUROS

Fernando Cardim de Carvalho: "Devem permanecer no ritmo em que estão. Acho a elevação das taxas de juros extremamente perigosa, cria um risco muito grande de se renovar a especulação no mercado financeiro".

Paulo Guedes: "Com a elevação da inflação as taxas de juros vão dar saltos expressivos, porque, com 1, e 1,5 por cento de inflação as taxas já estão no patamar de 40, 50 por cento ao ano. Se a inflação for para 4 por cento, elas podem, certam ir para 100 por cento ao ano. E se nada for feito agora, acredito que é o rumo que as coisas vão tomar".

José Márcio Camargo: "Acho que vai haver uma tendência persistente de crescimento, até o momento em que o Governo perceba que a especulação com estoques começa a cair. De um lado, na medida em que as taxas sobem há uma sinalização do sentimento de expectativa de crescimento de inflação. Do outro, na medida em que há especulação com estoques, é importante aumentar a taxa de juros para reduzir essa especulação. O que pode acontecer é que se deixe de especular com estoques e volte ao mercado financeiro".